

Proposições feministas para uma economia não androcêntrica

Renata Faleiros Camargo Moreno - UFABC

Resumo

A economia feminista é uma corrente do pensamento econômico que se consolida na década de 1990. Este artigo apresenta os debates e proposições desta corrente a partir da crítica à suposta neutralidade de categorias e conceitos econômicos que, ao excluir boa parte da experiência das mulheres, notadamente o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, edificam uma teoria enviesada. A perspectiva feminista sobre a economia é apresentada neste artigo em diálogo com as elaborações da sociologia do trabalho.

Palavras chave: economia feminista; trabalho doméstico e de cuidados; trabalho não remunerado

Introdução

A partir dos anos 1960, com a retomada do movimento feminista, diversas áreas do conhecimento estiveram sujeitas a mudanças a partir de crítica metodológica e epistemológica elaborada pelo pensamento feminista. Esta crítica tem como um de seus elementos o questionamento ao androcentrismo, que se caracteriza pela construção de noções que tomam a experiência dos homens como universal, além de ocultar e, por vezes, desconsiderar as experiências das mulheres. A economia não esteve ausente deste processo, embora tenha sido menos permeável a este debate do que outras áreas das ciências humanas. A evolução da perspectiva feminista é marcada pela interdisciplinaridade, sobretudo no que se refere à tentativa de explicar fenômenos sociais, em que com frequência sociologia, história e economia convergem.

A economia feminista acumulou em sua trajetória a necessidade de ampliação das fronteiras tradicionais da economia, definidas pelo mercantil e monetário, e a recuperação do trabalho doméstico e de cuidados como parte fundamental dos processos de produção e reprodução da vida. Paralelamente, os acúmulos dos estudos sobre divisão sexual do trabalho na sociologia avançaram no mesmo sentido ao demonstrar a interdependência dos chamados trabalhos reprodutivo e produtivo.

Este artigo apresenta proposições da economia feminista como corrente do pensamento econômico, em diálogo com as elaborações sociológicas sobre relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. As proposições partem da crítica à exclusão das mulheres da teoria econômica, ao desvelar como o trabalho doméstico e de cuidados não remunerado foi considerado ou não pelas teorias clássica, marxista e neoclássica.

Conceituando a opressão das mulheres

“Gênero” é uma categoria analítica formulada nos anos 1970, com base no acúmulo de reflexões feministas sobre as relações entre homens e mulheres. A categoria gênero determina que ser mulher e ser homem são construções sociais, erigidas a partir do sexo biológico dos indivíduos. Ao definir esta construção como social e histórica, localiza o gênero no terreno das relações sociais e, a partir daí, se refere às mulheres como coletivo ou grupo social (Cobo, 2005).

Nesta construção, a diferença biológica (do sexo anatômico) existente entre homens e mulheres se transforma em desigualdade social, e há uma série de desvantagens que estruturam a subordinação das mulheres em relação aos homens. Entretanto, esta construção social de gênero não

é estática, mas dinâmica, ainda que haja permanência enquanto tratemos de sociedades patriarcais. Assim, as relações sociais entre homens e mulheres, que são relações desiguais de poder, estruturam um sistema denominado por algumas autoras como patriarcado (Cobo, 2005). Nesta visão, um elemento permanente é a separação entre público e privado, que marca a sociedade patriarcal, na qual às mulheres estão prioritariamente destinadas ao mundo privado, onde são responsabilizadas por um conjunto de tarefas relacionadas à reprodução social. O espaço público, da política e da produção, é prioritariamente um espaço masculino. A essa separação, se combina uma hierarquização, a partir da qual é socialmente atribuído maior valor às atividades realizadas pelos homens. A relação entre esta separação e hierarquia das relações de gênero com a divisão sexual do trabalho permite a compreensão de que as dimensões ideológicas e culturais da subordinação das mulheres são sustentadas por uma base material (Kergoat, 2009).

Kergoat (1992) conceitua esta discussão em termos de relações sociais de sexo. Para esta autora, a relação social pode ser assimilada a uma “tensão” que perpassa a sociedade. Esta noção remete ao mesmo tempo a um princípio de geração, na medida em que as relações sociais produzem e reproduzem as práticas sociais, e a um princípio heurístico, ao servir para compreender as práticas observadas (Kergoat, 2002, p. 49). De acordo com Kergoat, os termos “relações sociais de sexo” e “gênero” não são opostos, mas altamente polissêmicos. A preferência pelo primeiro se dá por este carregar em si a conotação de reciprocidade, afastando-se do uso do gênero como uma categoria descritiva que, por vezes, oculta o grupo social dos homens. As relações sociais de sexo são caracterizadas por uma relação antagônica entre grupos sociais – o grupo social dos homens e o grupo social das mulheres. Há uma hierarquia estabelecida na relação entre os sexos e trata-se de uma relação de poder e de dominação.

A divisão sexual do trabalho será utilizada neste texto conforme a definição de Kergoat. Isso significa que não será um conceito utilizado apenas para descrever atividades de homens e mulheres de forma complementar, mas sim como uma forma de divisão do trabalho decorrente das relações sociais de sexo, constituindo o que está em jogo nesta relação específica. Assim, não poderá haver uma mudança de mentalidades que subverta as relações sociais de sexo se esta estiver desconectada da alteração na divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho tem dois princípios organizadores: a separação – que estabelece a existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres- e a hierarquia – que atribui maior valor ao trabalho realizado pelos homens (Kergoat, 2009, p. 71). Entretanto, a permanência destes princípios não significa que a divisão sexual do trabalho seja um dado rígido e imutável, dado que suas modalidades apresentam variações no tempo e no espaço, de acordo com cada sociedade.

Kergoat ressalta que o conceito de relações sociais de sexo implica práticas sociais diferentes segundo o grupo social. A noção de práticas sociais permite passar do nível abstrato ao

concreto (o grupo, o indivíduo), pensar simultaneamente o material e o simbólico e, ainda, restituir aos atores sociais o sentido de suas práticas, para que este não seja dado de fora por um determinismo (Kergoat, 1992, p. 4).

Sendo uma relação que perpassa todo o campo social, as relações sociais de sexo também são perpassadas por outras relações sociais. A definição de consubstancialidade das relações sociais, conforme apresentada por Kergoat, permite compreender que estas

(...) formam um nó que não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica; e as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e raça se reproduzem e se co-produzem mutuamente (Kergoat, 2010, p.94)

Esta formulação distingue-se daquelas que abordam as dimensões de raça, classe e gênero em uma perspectiva de categorização que se desdobra na formulação da interseccionalidade dessas dimensões. Tal perspectiva fornece um instrumento de análise que coloca as relações sociais em posições fixas. O limite desta formulação reside no fato de que não há posições fixas, por estarem inseridas em relações sociais dinâmicas, em processo de evolução, conflito e renegociação (Kergoat, 2010). Esta formulação contribui, ainda, para deslocar as análises feministas dos quadros de referência binários e, com isso, pensar a totalidade do social.

Compreender melhor as relações sociais e seu entrelaçamento, analisá-las e elaborar um método para pensá-las, é dar um passo em direção à sua superação. Recusar-se a pensar por ideias e categorias fixas permite recolocar no centro da análise o sujeito político (e não a vítima de múltiplas dominações), levando em consideração todas as suas práticas, frequentemente ambíguas e ambivalentes (Kergoat, 2010, p. 103)

Estreitamente vinculado às questões pautadas pelo movimento feminista, o tema do trabalho ocupou lugar de destaque nos estudos feministas, em um esforço permanente de desvelar os mecanismos de reprodução da desigualdade nas relações sociais entre homens e mulheres. Hirata e Kergoat (2009) afirmam que houve uma integração parcial da dimensão sexuada nos estudos sobre trabalho, especificamente na sociologia, mas há um conflito permanente em torno deste processo, na medida em que prevalece o paradigma universalista como base dos métodos,

abordagens e noções centrais da disciplina. As noções consideradas neutras, como a do “precário”, foram construídas tendo como referência a figura do trabalhador assalariado masculino e suas características. Ainda que tenha havido um aumento progressivo de pesquisas com a inclusão de uma perspectiva sexuada, marcando uma ruptura com os paradigmas dominantes, permanece uma instabilidade em torno desta incorporação à disciplina como um todo, já que não é certo que o gênero seja “completamente reconhecido e entendido no meio acadêmico” (Lallement *apud* Hirata e Kergoat, 2009).

Ainda nos anos 1970, as categorias de sexo nos estudos da sociologia do trabalho tinham a característica de rotular o trabalho das mulheres ou o trabalho dos homens. Além disso, tratava-se de estudar o trabalho assalariado das mulheres. Mas o diálogo e confrontação entre os estudos realizados pela sociologia do trabalho e pela sociologia da família permitiram ampliar a abordagem, na medida em que introduziram a problematização da articulação entre produção e reprodução, e, assim, a ampliação do conceito de trabalho de forma a incorporar o trabalho doméstico. A noção de que havia uma hierarquia entre os sexos e seus trabalhos era onipresente, mas foi a conceituação em termos de relações sociais que permitiu estabelecer as bases de um paradigma sólido para estudar, na sociologia do trabalho, as diferenças e desigualdades que caracterizam tais relações.

Hirata e Kergoat apontam que, já naquele momento, havia uma definição restritiva do trabalho centrado na noção de mercado de trabalho, ou seja, no trabalho remunerado e contabilizado nas estatísticas econômicas. Excluía, portanto, uma parte substancial do trabalho realizado na sociedade, como o trabalho não remunerado realizado no ambiente doméstico. A redução do conceito de trabalho afeta tanto a economia quanto a sociologia do trabalho. A reconceituação do trabalho se deu através de sua ampliação incorporando a dimensão de gênero e o trabalho doméstico, o que possibilita alcançar o trabalho não remunerado e não mercantil. Dessa forma, se propõe imbricar dimensões antes separadas e, assim, trabalho profissional e doméstico, produção e reprodução, assalariamento e família, podem ser consideradas categorias indissociáveis (Hirata e Kergoat, 2009)

Ainda que este processo se dê de forma diferenciada, as autoras apontam convergências, como a emergência inicial da categoria “mulheres” e, posteriormente, “dos sexos” e ou do “gênero”, e a forma como esta periodização se deu impulsionada pelas elaborações e pressões do movimento feminista nos diferentes países.

A economia feminista

Após cerca de três décadas de intensos debates, constitui-se, no seio da teoria econômica, uma convergência de análises feministas. O início dos anos 1990 marcou o desenvolvimento da economia feminista como corrente do pensamento econômico. A publicação de

Beyond Economic Man, de Ferber e Nelson, em 1993, é um marco, assim como a criação da *International Association for Feminist Economics* (IAFFE) em 1992. Esta organização inicia a publicação do periódico *Feminist Economics*, a partir de 1995.

A perspectiva feminista introduziu uma crítica à exclusão das mulheres do objeto de estudo da teoria econômica, ao apontar que, com a suposta neutralidade de suas categorias e conceitos, “a economia tem desenvolvido uma metodologia que não consegue ‘ver’ o comportamento econômico das mulheres” (Pujol, 1992, *apud* Carrasco, 1999). Somada à consideração da problemática da mulher em termos de relações sociais de gênero, esta crítica estabelece as condições para a construção de uma teoria feminista na economia (Folbre e Hartmann, 1988; Nelson, 1992). Esta se dirigiu à produção da teoria econômica e às políticas econômicas.

Especialmente a partir da década de 1980, face à implantação de políticas de ajuste estrutural, numerosos estudos desvelaram, em primeiro lugar, que tais políticas eram aplicadas em sociedades estruturadas por relações sociais desiguais e que, portanto, deveriam ser considerados os efeitos destas na manutenção ou transformação dos mecanismos econômicos da desigualdade. Destacam-se os estudos sobre a feminização da pobreza e a problemática de gênero e desenvolvimento que teve lugar, sobretudo, nas análises com foco nos países menos industrializados. Em geral, explicitou-se que os custos das políticas de ajuste recaíram sobre a família, considerando como “fator de equilíbrio” a habilidade das mulheres para desenvolver estratégias que permitam a sobrevivência da família com menos rendimentos e mais trabalho (Beneria, 1995, *apud* Carrasco, 2004).

A trajetória desta corrente, desenvolvida sobretudo nos Estados Unidos e Europa, é marcada pela elaboração de metodologias e análises não androcêntricas, que desembocam na elaboração de novos tipos de indicadores, capazes de superar o referencial masculino para a medição da qualidade de vida da sociedade, consolidando um novo arcabouço teórico. A economia feminista se apresenta como uma ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas sem o viés androcêntrico e, desta forma, construtoras da perspectiva da igualdade entre homens e mulheres como componente estruturante de um novo padrão de desenvolvimento.

Desta forma, como afirma Catagay (1995), a economia feminista, como economia normativa, pretende desenvolver teorias que considerem as relações de gênero na elaboração de suas estruturas conceituais e em seus modelos formais. Busca elaborar novas propostas de indicadores e estatísticas que subsidiem a formulação de políticas que incidam sobre as

desigualdades verificadas, dando-lhes solução.

Além do gênero, uma abordagem feminista

As diferenciações entre os estudos de gênero e as abordagens feministas podem ser encontradas nos debates em distintas áreas das ciências humanas e sociais, assim como na economia, onde há economistas que classificam a economia do gênero e economia feminista (Carrasco 2008, Picchio 1999).

Carrasco (2008) recupera a influência da teoria feminista na economia, ressaltando que essa é mais limitada que a influência da teoria feminista em outras áreas do saber, como a sociologia. Assinala duas correntes de pensamento da teoria feminista. A primeira se constrói como uma teoria política dos direitos, com o objetivo de conquistar igualdade de direitos reais entre os sexos. Esta é equivalente à corrente feminista liberal, conforme definição de Fougeyrollas-Schwebel (2009). Carrasco afirma que nessa corrente não se propõe uma alteração no modelo hegemônico, mas uma introdução das mulheres ao mundo masculino. A segunda corrente propõe que a igualdade de direitos certamente é um passo necessário, no entanto não suficiente, apresentando formulações que consideram a experiência das próprias mulheres e não desde o que lhes falta para se igualar aos homens. Esta definição assemelha-se à corrente feminista radical.

Da mesma forma, a economia feminista não constitui um corpo teórico homogêneo, e integra diferentes abordagens, sendo que, conforme mencionado acima, há dois eixos principais que orientam as pesquisas: a economia do gênero, e a economia feminista. O primeiro orienta-se a descrever e denunciar a situação de desigualdade característica da vida das mulheres nos marcos teóricos e metodológicos estabelecidos na teoria econômica. A economia feminista, por outro lado, propõe uma crítica global ao paradigma dominante do pensamento econômico, em um esforço de construir outro paradigma, incluindo novas metodologias e estatísticas, superando a estrutura que restringe a economia às fronteiras do mercado.

Picchio (1999) apresenta uma visão semelhante ao afirmar que a diferenciação entre economia feminista e economia de gênero é um aspecto importante para uma reflexão crítica das análises do mercado de trabalho desde uma perspectiva feminista. A perspectiva feminista, frente ao entendimento das desigualdades de gênero, propõe uma mudança tanto no paradigma do pensamento econômico como, enquanto economia normativa, no concreto das relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Vai, assim, além de incorporar a categoria gênero em um enquadramento teórico pré-estabelecido sem questionar como o mesmo explica as desigualdades, ao

mesmo tempo em que implica ir além de realizar apenas uma descrição da situação de homens e mulheres na economia.

Orozco (2006) estabelece uma classificação entre economia do gênero e economia feminista e, no interior desta, entre economia feminista da conciliação e economia feminista da ruptura. O critério de classificação proposto pela autora é o grau de alteração que apresentam com relação aos paradigmas androcêntricos. A economia do gênero tem como característica a ausência de questionamento aos marcos teóricos pré-existentes e ao método científico empregado por estes. Por um lado, esta corrente buscou inicialmente documentar a ausência das mulheres enquanto sujeitos epistemológicos, ou seja, o pequeno número de mulheres na produção de teoria econômica e, por outro, a exclusão das mulheres enquanto objeto de estudo dos enfoques androcêntricos (Orozco, 2006). A autora recupera uma caracterização de Harding sobre esta estratégia como “acrescente as mulheres”, como em uma receita.

Como será apresentada adiante, uma das críticas centrais do feminismo à teoria econômica é a existência de uma dicotomia entre econômico e não-econômico, e entre trabalho e não-trabalho, que operam uma redução do econômico ao mercado. A economia do gênero não questiona esta dicotomia, e centra suas análises na participação das mulheres no mercado de trabalho (Orozco, 2006).

A economia feminista, de acordo com Orozco, leva para o debate teórico a compreensão de que, para questionar de fato a desigualdade, é necessário transformar as estruturas que a organizam. Desta forma, as economistas feministas pontuam que a exclusão das mulheres da teoria econômica, seja como sujeito ou como objeto de estudo, influencia a própria conformação das estruturas desta disciplina. Há uma série de pontos convergentes entre economia feminista da conciliação e economia feminista da ruptura, sintetizados a seguir.

O primeiro deles é que assume como tarefa desconstruir o objeto de estudo dos enfoques androcêntricos, ao demonstrar que a estrutura analítica da economia identifica o econômico ao monetizado, reproduzindo, assim, a divisão entre público e privado. Oculta, desta forma, uma gama de atividades realizadas no âmbito privado e doméstico, especialmente pelas mulheres. As experiências consideradas econômicas são aquelas em que os sujeitos produtores do conhecimento consideram como tal e, por isso, as feministas questionam a parcialidade do suposto universal, questionando, assim, a noção de objetividade do conhecimento produzido. As feministas propõem a ampliação da fronteira do que é considerado econômico, incorporando as mulheres como agentes

econômicos e suas atividades como economicamente significativas. Os debates sobre trabalho doméstico constituem o ponto fundamental que organiza esta proposta de ampliação (Rodriguez, 2012). Por fim, as economistas feministas buscam legitimar como objeto de estudo da teoria econômica as relações desiguais entre homens e mulheres.

A diferenciação entre duas correntes no interior da economia feminista é baseada nas estratégias utilizadas para desenvolver a teoria em torno aos questionamentos apresentados anteriormente. No caso da economia feminista da conciliação, se aposta na recuperação das atividades femininas invisibilizadas, por exemplo, ao conferir ao trabalho realizado no ambiente doméstico o mesmo status do trabalho realizado no mercado. Ainda na corrente da conciliação, há autoras que apostam pela reversão das hierarquias, ao priorizar a produção doméstica como foco de estudo. A economia feminista da ruptura, por sua vez, aposta em transcender a dicotomia produção/reprodução e propõe como eixo de análise a sustentabilidade da vida como processo de satisfação de necessidades, o que inclui tanto a produção mercantil como a doméstica. O diferencial é que esta perspectiva não opera em uma tentativa de articular as duas esferas, mas sim em propor um novo conceito organizador dos processos econômicos.

A construção social do conhecimento

A teoria econômica, como uma ciência construída socialmente (Ferber e Nelson, 1993), foi estruturada com base em uma epistemologia patriarcal definida por sua estrutura binária e hierárquica e por sua pretensão de universalidade (Orozco 2006).

A estrutura binária do pensamento, que pode ser ilustrada pela dicotomia econômico/não econômico ou público/privado, não apenas separa estas duas esferas mas, também, as hierarquiza. Na medida em que o público ou o econômico, para não dizer o masculino, estão melhor posicionados nesta oposição hierárquica, ou seja, são mais valorizados, estes se convertem no referencial a partir do qual se edifica um suposto universal. Assim, não é apenas hierarquicamente superior, mas também se transforma na única realidade, invisibilizando o outro (Orozco 2006).

Amorós *apud* Orozco (2006) explicita que este mecanismo operou no pensamento ocidental a partir da constituição de um sujeito universal com relação ao qual os outros sujeitos se tornam “o outro”, em um processo triplo no qual se interconectam categorias que simbolizam, simultaneamente, o grupo social dominante frente aos demais, os traços comuns que definem este

grupo e os espaços sociais, políticos e econômicos que o grupo social dominante ocupa.

O pensamento feminista identifica dicotomias chave que se manifestam em distintas áreas do conhecimento como natureza/cultura que equivale, no pensamento ocidental patriarcal, ao feminino/masculino. O homem é o representante da cultura, da razão e da transcendência, conforme estabelecido desde Beauvoir (1949). Às mulheres, corresponde o irracional que necessita ser domesticado e controlado assim como a natureza (Orozco 2006). A elas é negada, assim, a condição de sujeito portador de direitos e de conhecimento, e a individualidade que posteriormente será definidora do interesse individual e egoísta do *homo economicus*.

Ainda que suas expressões se alterem ao longo do tempo e do espaço, esta lógica dicotômica (binária e hierárquica) permanece. Desta forma, interessa para a teoria crítica feminista romper com estas dicotomias. Isso se faz necessário na medida em que sua estrutura é patriarcal e, ainda que se modifiquem suas representações, as tentativas de equivalência das mulheres aos homens, nestas estruturas, não serão bem sucedidas porque as dicotomias hierarquizadas são recriadas. Se nas origens da teoria feminista a crítica era ao fato de que as mulheres eram consideradas sujeitos não políticos por serem relegadas ao mundo privado, na sociedade de mercado a crítica feminista se dirige à consideração das mulheres como não-agentes econômicos. De acordo com Orozco (2006), as mulheres passam de ser sujeitos não políticos a ser sujeitos não econômicos. Na medida em que conquistam direitos, a esfera da política se desvaloriza e mais desigualdades se consolidam no terreno econômico. A demanda política de direito ao voto e a ter direitos, por exemplo, resultou em direitos formais, mas não necessariamente em igualdade real. O mesmo passou com outros grupos desiguais frente aos homens brancos, no sentido de que “todo privilégio ou direito que se universaliza é um direito que, automaticamente, se desvaloriza” (Orozco, 2006, p. 31).

A estratégia de desnaturalizar os conceitos e teorias foi empregada pelas feministas nas distintas áreas das ciências humanas e sociais, demonstrando em que medida estas se edificam com base nesta estrutura dual, hierárquica e universalizante.

Na economia feminista, diferentes estratégias foram utilizadas para revelar os traços patriarcais da economia, desnaturalizando o que havia sido cristalizado no pensamento econômico como forma de legitimar a desigualdade estrutural das relações sociais. De acordo com Hewitson *apud* Orozco a primeira estratégia busca uma equivalência e reunificação dos elementos dicotômicos, ao pretender visibilizar e valorizar o que se ocultava das esferas femininas,

demonstrando sua inter-relação com o masculino, conciliando as duas dimensões. Esta estratégia, porém, apesar de buscar um equilíbrio, mantém a estrutura dicotômica do pensamento. Uma segunda estratégia buscou reverter as hierarquias, sobrevalorizando a dimensão atribuída às mulheres, como superior àquela com predomínio masculino. A terceira estratégia busca transcender a dicotomia. O faz ao demonstrar a interdependência entre os termos da dicotomia, afirmando que a parte da dicotomia que se situa no centro do discurso e em torno da qual se constitui a estrutura epistemológica criticada, precisa da parte que foi ocultada para sua identidade, pois se afirma em oposição a ela. A proposta, nesta estratégia, transcende a dicotomia a partir da formulação de um termo “dobradiça”.

A exclusão das mulheres da teoria econômica

Ao longo do desenvolvimento da economia feminista como corrente do pensamento econômico, a crítica da exclusão das mulheres da teoria econômica se deu de duas formas. A primeira foi sua exclusão enquanto sujeitos epistemológicos, ou seja, enquanto produtoras do conhecimento. Ferber e Nelson (1993) recuperam os primeiros estudos sobre a ausência das mulheres entre os/as economistas considerados/as relevantes. Em uma seleção de economistas influentes, realizada por Blaug em 1986, baseada no número de citação dos autores e autoras, apenas 31 entre os 1000 selecionados são mulheres, sendo que apenas 5 nasceram antes do século XX, ou seja, no período em que foram constituídas correntes importantes para a consolidação da economia.

A segunda exclusão ocorre enquanto objeto de estudo e, dado que a economia é uma ciência construída socialmente, portanto, as relações e conflitos que marcam a estrutura social influenciam na consideração da relevância das questões a serem estudadas (Ferber e Nelson, 1993; Carrasco 2001; Orozco 2006). Assim, a economia feminista também direciona sua crítica à exclusão das atividades das mulheres enquanto objeto de estudo da teoria econômica.

Muitos esforços foram feitos para sistematizar esta exclusão (Gardiner 1999; Picchio 1992; Rodriguez 2012). Em particular, estes se centraram em compreender de que forma as correntes androcêntricas se erigiram com base na exclusão do trabalho doméstico e de cuidados como atividade considerada econômica, perspectiva que foi adotada tanto pela economia clássica, quanto pela marxista e pela marginalista.

Antes de sistematizar as análises sobre a exclusão do trabalho doméstico e de cuidados,

definimos nossa compreensão acerca deste trabalho. As definições ao redor do próprio termo que designa este trabalho são fruto de debates. O debate sobre a invisibilidade do trabalho doméstico percorreu um longo caminho, desde os anos 1960, para fazer emergir, conceitualmente, o trabalho doméstico e de cuidados (Carrasco, 2012).

Há critérios utilizados para definir o que são as atividades relacionadas ao trabalho doméstico e de cuidados não remunerado, o que permite dar objetividade a este trabalho, especificamente quando se trata de buscar sua medição. Os critérios, que devem ser utilizados simultaneamente, são o da terceira pessoa, que define que é uma atividade que pode ser delegada a outra pessoa; a separação e a não remuneração (Berger, 2008).

Conferir visibilidade ao trabalho doméstico na análise econômica é uma questão central para a economia feminista. Isto porque a reprodução da força de trabalho depende deste trabalho doméstico e de cuidados e, ao ignorar isso, a análise econômica se realiza de forma enviesada, apresentando um diagnóstico incompleto do funcionamento do sistema econômico, além de se equivocar ao avaliar a repercussão real das políticas econômicas. Um terceiro motivo é que a organização social do cuidado, seja entre homens e mulheres, seja entre Estado, família e mercado, explica boa parte das desigualdades existentes – de gênero e de classe, motivação de parte considerável das pesquisadoras que se dedicam a construir a economia feminista (Rodriguez, 2012).

Ao percorrer as distintas correntes do pensamento econômico, Gardiner (1999) tem como referência a consideração ou não do trabalho doméstico não remunerado na teoria econômica. O capitalismo acentuou a separação entre a esfera pública e privada e, respectivamente, a separação das esferas da produção e reprodução estabelecida pela divisão sexual do trabalho nesse sistema. A análise sobre a exclusão do trabalho doméstico do pensamento econômico é, portanto, central para o entendimento dos mecanismos de reprodução da desigualdade entre os sexos na sociedade.

A análise de Gardiner sobre os pensadores clássicos da teoria econômica coloca ênfase na separação do público e do privado no capitalismo, e na teoria dualista da conduta humana que se configura a partir daí, como se a casa fosse o local do altruísmo e da moralidade, e o mercado o local do interesse pessoal e egoísta. Para Rodriguez (2012) os economistas clássicos, excetuando-se Taylor e Mill, assumiram como natural o modelo hierárquico de casamento e família, o que orienta a elaboração desta teoria dualista. A autora pontua, ainda, que o interesse dos economistas clássicos era na relação entre o valor do trabalho (seu preço “natural”) e o preço do trabalho (salário) tal como este era determinado no mercado.

Um elemento central da teoria de Smith, referência da chamada escola clássica do pensamento econômico, é a ideia de que os indivíduos atuam no mercado motivados por seus interesses pessoais, configurando a mão invisível que estimula a eficiência, o comércio e a expansão da riqueza. O interesse individual e egoísta é, para Smith, o motor da ação dos agentes econômicos no mercado. Mas esse interesse individual se diluiria no ambiente doméstico, onde prevaleceria o altruísmo. Cabe ressaltar que esta formulação não considera as dimensões da desigualdade e dos conflitos que marcam as relações sociais de gênero e, portanto, as relações familiares. Segundo a formulação de Smith, a sociedade precisaria de uma esfera onde os critérios que prevalecem são os morais e não os da eficiência. Essa esfera seria o ambiente doméstico e, nele, as mulheres tem um papel importante. A realização do trabalho doméstico e de cuidados seria, nesta visão, uma expressão do altruísmo das mulheres (Rodríguez, 2012).

Para Ricardo, o valor do trabalho é dado pelo valor necessário para a subsistência, ou seja, para um determinado nível de consumo do trabalhador, o que determina um nível mínimo dos salários. Este autor não considera o trabalho doméstico e de cuidados como parte do que é necessário para essa subsistência (Rodríguez, 2012).

Entre os clássicos, a colaboração de John Stuart Mill com Harriet Taylor, é uma exceção. A influência de Mill foi para além do pensamento econômico. A partir da crítica às instituições patriarcais como obstáculos para o progresso econômico e social, uma de suas contribuições importantes foi a identificação da relação entre a submissão das mulheres no casamento e as restrições impostas às mulheres no acesso ao mercado de trabalho.

Creo que sólo se insiste en sus deficiencias en otros ámbitos para mantener su subordinación en la vida doméstica; porque la generalidad del sexo masculino todavía no puede tolerar la idea de vivir con una igual (Mill *apud* Gardiner, 1999, p. 67)

No que se refere ao pensamento marxista, Gardiner aponta apenas as definições contidas nos escritos de Marx, e não analisa o desenvolvimento dessa corrente. Segundo a definição de Marx, trabalho produtivo era aquele capaz de gerar bens e serviços que fossem úteis à sociedade, e que poderiam ser vendidos com algum tipo de benefício. O trabalho realizado fora desse circuito não lhe era desconhecido, porém, eram detalhes de uma análise mais geral. Marx entendia o espaço

doméstico como o local do consumo, e o valor dos salários, ou da força de trabalho, era determinado pela necessidade de manutenção ou subsistências dos trabalhadores e suas famílias. Apesar de distinguir o trabalho produtivo para o capital daquele produtivo para a manutenção da sociedade, o foco desse autor era nas relações de produção capitalista (Rodriguez, 2012). Assim, o trabalho doméstico remunerado e não remunerado eram marginais dentro de sua teoria econômica. Rodriguez afirma que Marx assumiu, assim como Ricardo, que o ambiente doméstico é espaço de consumo de mercadorias, e não de sua produção e transformação via trabalho doméstico e de cuidados.

Rodriguez analisa, também, o pensamento de Engels. De acordo com esta autora, Engels considera que o principal objetivo da família é garantir a transmissão da riqueza privada entre gerações, objetivo a partir do que deriva o controle patriarcal dos homens sobre a sexualidade e fertilidade das mulheres. Para Engels, o cuidado na família se torna um serviço privado, excluído da produção social, o que gera uma tensão devido à crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho capitalista. Este autor, apesar de reconhecer que há uma função no trabalho doméstico e de cuidados e que este gera uma sobrecarga para as mulheres, não questiona a divisão sexual do trabalho, mas trata da socialização do trabalho doméstico e de cuidados para que as mulheres sejam liberadas deste peso e possam atingir igualdade.

Apesar das críticas feministas ao pensamento marxista, nessa escola de pensamento se desenvolveram diversas teorias sobre o trabalho doméstico não remunerado, conforme foi sistematizado por Carrasco (2001), Orozco (2006) e Rodriguez (2012).

Segundo Rodriguez, o debate sobre o trabalho doméstico, na teoria feminista, se voltou, sobretudo, para a teoria marxista e para explicar a relação entre o trabalho doméstico não remunerado e a acumulação capitalista. Neste debate, a primeira posição identificada pela autora argumenta que o trabalho doméstico subsidia a produção capitalista por seu papel na reprodução da força de trabalho, aumentando diretamente o lucro capitalista. Esta vertente do debate redefiniu o valor da força de trabalho como o tempo de trabalho total necessário para sua reprodução, definido como a soma do tempo do trabalho doméstico e de cuidados e o tempo abstrato incorporado nas mercadorias consumidas. Desta forma, a mais valia se apropria deste trabalho na medida em que o salário dos homens é menor que o valor realmente necessário para a reprodução de sua força de trabalho. O mecanismo que viabiliza este processo é que todos os aspectos da reprodução e manutenção da força de trabalho que não são rentáveis para a produção capitalista ou para o Estado

são relegados ao ambiente doméstico.

A segunda vertente deste debate, seguindo a apresentação de Rodriguez (2012) versa sobre o trabalho doméstico como essencial para a reprodução da força de trabalho nas sociedades capitalistas. O trabalho doméstico é compreendido como produção em si, não de mercadorias, mas de valor de uso. Segundo esta visão, o trabalho doméstico existe porque o capitalismo precisa de indivíduos livres oferecendo sua força de trabalho no mercado.

O debate sobre o trabalho doméstico se desenvolveu em um momento em que não estava colocado se, além do capital, os homens também se beneficiavam com o trabalho doméstico não remunerado realizado pelas mulheres. Este aspecto foi melhor desenvolvido a partir das elaborações em torno da divisão sexual do trabalho como base material das relações desiguais entre homens e mulheres (Kergoat 1992). Além disso, também não estava presente uma elaboração mais apurada sobre a combinação entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado para explicar a experiência das mulheres no capitalismo, tema desenvolvido posteriormente pela economia feminista e pela sociologia do trabalho.

Seguindo o percurso da análise sobre a exclusão do trabalho doméstico da teoria econômica, passamos a olhar para a escola marginalista, que no século XX passa a se chamar neoclássica, e constitui o paradigma dominante do pensamento econômico atualmente. Nessa escola de pensamento, o trabalho passou a ser um mero fator de produção. O objetivo da atividade econômica seria a utilidade, que existe sempre que alguém esteja disposto a pagar por ela (Gardiner, 1999). Rodriguez sublinha que os neoclássicos invisibilizaram totalmente o aspecto do trabalho doméstico não remunerado, justamente porque o trabalho virou um fator produtivo que os indivíduos intercambiam no mercado, e o seu preço (salário) foi separado de qualquer processo social ou histórico. O valor econômico passa a se relacionar com a possibilidade de intercambio no mercado. Assim, o trabalho não remunerado, ou seja, que não tem equivalente monetário, não se constitui como objeto de análise da teoria econômica.

Pujol (1998) destaca especial atenção sobre a obra de Marshall, representante da escola marginalista, que tem como característica um deslocamento da definição de valor da esfera da produção para a esfera da circulação. O mercado se rege pela relação entre oferta e demanda e o preço é atribuído pela necessidade atribuída ao produto. O preço é regulado pela quantidade de mercadoria produzida e o mesmo vale para a força de trabalho, que é, para os marginalistas, considerado mais um fator de produção, ao lado do capital investido e do maquinário. Em dois

momentos Marshall se afasta da concepção da racionalidade do indivíduo na economia. O primeiro se refere ao consumo, que seria definido pela família e orientado pelo bem estar. O segundo se refere à intervenção estatal especialmente no que se refere ao salário e educação.

Pujol apresenta sua crítica a forma como a escola marginalista considera as mulheres a partir da recuperação do debate sobre o salário, que é abordado por dois lados. O primeiro se refere ao salário mínimo definido em um valor inferior para as mulheres, em comparação aos homens. O segundo se refere ao salário família. O que está por trás de ambos é um modelo de família como unidade básica da economia, que a torna mais eficiente. O pressuposto deste modelo é a divisão sexual do trabalho que destina os homens ao trabalho remunerado na esfera da produção e as mulheres ao trabalho doméstico e de cuidados, não remunerado, no interior da família. Alguns pensadores dessa corrente afirmam que a educação das mulheres deveria servir para a maternidade, além de defender que o salário dos homens deveria ser um salário familiar, que garantisse o sustento da família de modo que a esposa pudesse ficar em casa (Pujol, 1998).

Pujol segue afirmando que, para os marginalistas, a definição do salário não se dá pela produção, mas pela subsistência, a partir do que seriam os itens de primeira necessidade. Seria aceitável um salário menor para as mulheres, pois se considera que, se a mulher trabalha, é solteira, e não tem família para sustentar. Ao mesmo tempo, se opõe ao emprego de mulheres casadas. No que se refere ao salário mínimo, definido em um valor inferior para as mulheres, a justificativa se dá pela concepção do que seria o papel das mulheres, definidos nos marcos da construção social de gênero, em que o destino das mulheres é casar e assumir as responsabilidades familiares e, portanto, não haveria motivo para o investimento nessa mão de obra feminina. Seguindo esta linha de raciocínio, Marshall demonstra sua oposição à incorporação das mulheres ao mercado de trabalho. De acordo com Rodriguez, Pigou vai além, argumentando que as mulheres pobres deveriam receber ajuda do Estado para não ter que buscar trabalho e poder desempenhar o trabalho doméstico adequadamente.

Pujol identifica diferentes objetivos apontados pelos marginalistas para a educação de homens e mulheres. A educação das mulheres teria o sentido de que os homens sejam melhor educados. Se enfatiza o ambiente da casa, a partir da afirmação de que as pessoas necessitam de atenção individual, dada pela mãe, e não se considera a dimensão econômica de tal “atenção”, que as feministas chamam de trabalho doméstico e de cuidados.

Alinhavando reflexões: a redução da economia ao mercado

A recuperação desta crítica feminista à exclusão das mulheres, a partir da exclusão do trabalho doméstico e de cuidados, do objeto de estudo da economia constitui a base para a compreensão da crítica à redução da economia ao mercado, a partir da delimitação da fronteira entre o econômico e o não econômico.

As distintas teorias do salário, desenvolvidas pelos economistas políticos clássicos, tinham como subjacente o estabelecimento de um nexos entre a produção de bens no mercado e a reprodução das pessoas nos lares. Além disso, não ignoravam que as relações econômicas eram relações sociais (Orozco, 2006). O limite se dava em que, ainda que houvesse, entre os economistas políticos clássicos, uma compreensão mais ampla que considerava a produção e a reprodução, esta não significou o desenvolvimento de análises econômicas sobre as atividades desempenhadas no âmbito doméstico. Havia, portanto, oportunidades de análises que não foram aproveitadas (Picchio, 2001). Mais ainda, a crítica feminista aponta o limite de se considerar a família e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres como um pressuposto, uma esfera supostamente livre de conflitos e relações desiguais de poder.

A redução da teoria econômica ao mercado se deu, segundo Orozco, por múltiplos fatores. O primeiro deles se referiu ao debate sobre o conteúdo material da economia, que se expressou em um debate sobre se todos os processos de transformação dos recursos naturais em bens tangíveis ou se era toda a produção de bens e serviços destinados à troca. Prevaleceu a segunda definição, a partir do que perdeu-se a possibilidade de analisar a produção de valores de uso fora do mercado. Além disso, foram sendo consolidadas como características do econômico as mesmas características da produção do mercado, regidas pela troca, especialização e pela motivação egoísta do *homo economicus*, que favorecia a mão invisível do mercado, motor do crescimento econômico, conforme estabelecido por Smith. Por fim, predominou a visão que desconsiderava o vínculo entre reprodução e produção na definição dos salários, ao defini-lo como o resultado da interação das forças impessoais da oferta e da demanda, conforme Ricardo (Orozco, 2006, p. 39)

O vínculo entre reprodução e produção é totalmente perdido na escola marginalista. O valor deixa de ser determinado socialmente e passa a ser medido de forma perfeita e natural através dos preços do mercado. Entre os marginalistas e os neoclássicos, conceitos como utilidade e escassez passam a ser centrais na teoria econômica. Riqueza, nesta tradição, passa a ser qualquer coisa que tenha valor de troca (Fawcett *apud* Orozco 2006). No lugar das relações entre classes,

prevalece as relações entre compradores e vendedores individuais, que atuam no mercado (Gardiner, 1999). Mas este é um mercado idealizado, onde os atores seguem as mesmas características definidas anteriormente por Smith: agentes racionais e autônomos.

Orozco aponta que a consolidação desta centralidade do mercado na economia se expressa no Sistema de Contas Nacionais, a partir dos quais se conhece, compara e analisa a realidade econômica dos países. Toda atividade que não é contabilizada nestes sistemas, desenvolvidos com métodos semelhantes, desaparece da análise econômica, e, logo, da realidade (Carrasco, 2012). A crítica a metodologia dos Sistemas de Contas Nacionais é uma das áreas com maior concentração de estudos da economia feminista, na qual se travam grandes debates sobre o que e como deve ser medido, especialmente no que se refere ao trabalho doméstico e de cuidados.

Os debates e proposições feministas seguem a partir destas bases de questionamento e elaboração que buscam a construção de uma ciência não androcêntrica, apostando em um diálogo permanente entre a produção teórica acadêmica e os conteúdos e reivindicações do movimento feminista, sobretudo no que se refere às políticas econômicas e políticas de igualdade e autonomia das mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BERGER, Silvia. Desarrollo y economía feminista. *Umbrales* nov. 2008, n.18.
- CAGATAY, Nilufer; ELSON, Diane; GROWN, Caren. Introduction to Gender, Adjustment and Macroeconomics, *World Development*, vol.23, Nº11, 1995.
- CARRASCO, Cristina. "Por uma economia não androcêntrica: debates e propostas a partir da economia feminista". In: SILVEIRA, Maria Lúcia; TITO, Neuza (Orgs). *Trabalho doméstico e de cuidados: por outro paradigma de sustentabilidade da vida humana*. São Paulo: SOF, 2008. p. 91-104.
- _____, Cristina. "El tiempo y el trabajo desde la experiencia femenina". In: *La economía invisible y las desigualdades de género*. Organización Panamericana de Salud, 2008.
- _____, Cristina. "O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível". In: JACOME, Márcia; VILLELA, Shirley (Orgs). *Orçamentos sensíveis ao gênero: conceitos*. Brasília: ONU Mulheres, 2012.
- COBO, Rosa. "El género en las ciencias sociales", en *Cuadernos de Trabajo Social*, vol. XVIII, Universidad Complutense de Madrid, 2005.
- FERBER, Marianne; NELSON, Julie. *Mas allá del hombre económico*. Madrid: Ediciones Cátedra, 2004.
- FOLBRE, Nancy y HARTMANN, Heidi. "The rethoric of self-interest: Ideology and gender in economic theory". In: KALMER et al. *The Consequences of Economic Rhetoric*. Cambridge University Press, 1988.
- FOUGEYROLLS-SCHWEBEL, Dominique. "Movimentos feministas". In: HIRATA, Helena; LABOIRE, Françoise et alii. *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 144-149
- GARDINER, Jean. "Los padres fundadores". In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. "Os paradigmas sociológicos à luz da categoria de gênero: qual a renovação da epistemologia do trabalho?". In S Baçal (org) *Trabalho, educação, empregabilidade e gênero*. Manaus: EDUA, 2009.
- HIRATA, Helena; ZARIFIAN, Philippe. O conceito de trabalho. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs). *Trabalho e cidadania ativa para as mulheres*

– Desafios para as políticas públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher/ Prefeitura Municipal de São Paulo, 2003.

HIRATA, Helena. “A precarização e a Divisão Internacional e Sexual do Trabalho”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n 21, jan./jun. 2009, p. 24-41

KERGOAT, Daniele. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, Marta J.M. et al. Gênero e saúde. São Paulo: Ed. Artes Médicas, 1996.

KERGOAT, Daniele. Divisão Sexual do Trabalho. In: HIRATA, Helena et al. Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. “Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais”. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 86, Mar. 2010.

OROZCO, Amaia. *Perspectivas feministas en torno a la economía: el caso de los cuidados*. Madrid: Consejo Económico y Social, 2006.

PICCHIO, Antonella. *Social Reproduction: The Political Economy of the Labour Market*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____, Antonella. “Visibilidad analítica y política del trabajo de reproducción social. In: CARRASCO, Cristina (Org.) *Mujeres y economía: Nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas*. Barcelona: Icaria, 1999.

_____, Antonella. “Un enfoque macroecómico ‘ampliado’ de las condiciones de vida”. In: Carrasco, C. (org.). *Tiempos, trabajos y género*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, 2001.

_____, Antonella. “La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida”. In: CÉSPEDES, Gemma; RICO, Maribel. *Por una economía sobre la vida*. Barcelona: Icaria, 2005.

PUJOL, Michele. *Feminism and anti-feminism in early economic thought*. Vermont: Edward Elgar, 1992.

RODRIGUEZ, Corina. “La cuestión del cuidado: ¿El eslabón perdido del análisis económico?” *Revista CEPAL* N° 106, Abril 2012.